

CCAB Agro S.A.

CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

Balanço Patrimonial – 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota 30/06/2024	30/06/2023	Passivo	Nota 30/06/2024	30/06/2023	Nota 30/06/2024	30/06/2023	Nota 30/06/2024	30/06/2023	Nota 30/06/2024	30/06/2023
Circulante			Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	07	41.292	30.095	Fornecedores	20	517.208	126.266	Receita operacional líquida	27	1.035.532	734.002
Contas a receber de clientes	08	549.132	184.280	Empréstimos e financiamentos	21	160.842	119.988	Gastos dos produtos e mercadorias vendidos	28	(972.912)	(569.631)
Estoques	09	137.767	344.948	Partes relacionadas	11	142.863	182.443	Lucro bruto	22	62.620	164.371
Impostos a recuperar	10	50.765	28.960	Instrumentos financeiros derivativos	12	4.556	27.384	Despesas operacionais	28	(45.891)	(45.888)
Partes relacionadas	11	1.010	255	Obrigações com pessoal	22	6.042	6.282	Despesas administrativas e gerais	28	(49.003)	(44.416)
Instrumentos financeiros derivativos	12	58.788	7.993	Impostos e contribuições a recolher	24	2.208	345	Outras despesas operacionais	29	(49.344)	(13.254)
Outros ativos circulantes	13	32.569	8.399	Passivo de arrendamento	18	2.507	2.274	Total das despesas operacionais		(144.238)	(103.558)
Ativos mantidos para venda	14	–	3.630	Outros passivos circulantes	25	17.478	33.095	Despesas financeiras		(164.741)	(132.792)
		871.323	608.560			853.704	498.077	Receitas financeiras	30	164.509	68.817
Não circulante								Resultado financeiro líquido		(232)	(63.975)
Contas a receber de clientes	08	50.248	8.183	Passivo de arrendamento	18	4.419	5.842	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	15	55.577	48
Impostos diferidos	15	115.035	87.180	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	6.338	5.930	Ganho (perda) sobre hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		(26.273)	(3.114)
Outros ativos não circulantes	13	2.296	5.920	Outros passivos não circulantes	25	–	969	Resultado abrangente do exercício		(18.563)	(13.028)
Ativos mantidos para venda		3.500				10.757	12.741	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
		171.079	101.283								
Imobilizado	17	1.361	1.723								
Ativos de direito de uso	18	5.866	7.272								
Intangível	19	49.862	45.573								
		57.089	54.568								
Total do ativo		1.099.491	764.411								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)											
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros								
	Nota	Capital social	Ágio na emissão	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de lucros (prejuízos)	Reserva de lucros (prejuízos)	Outros resultados acumulados	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de julho de 2022	110.198	28.324	79.199	6.544	(729)	39.264	–	–	3.821	266.621	
Resultado abrangente do exercício											
Prejuízo líquido do período											
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos											
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos											
Transação com acionistas e constituição de reservas											
Constituição de reserva legal	26c	–	–	–	(3.114)	–	–	3.114	–	–	–
Absorção de reserva de lucro					(729)	729	–	–	–	–	–
Constituição de Reserva para incentivos fiscais											
Saldos em 30 junho de 2023	110.198	28.324	79.199	2.701	–	39.264	–	(6.093)	253.593		
Saldos em 1º de julho de 2023	110.198	28.324	79.199	2.701	–	39.264	–	(6.093)	253.593		
Resultado abrangente do exercício											
Prejuízo líquido do exercício											
Mensuração de instrumentos financeiros, líquidos de impostos											
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos											
Transação com acionistas e constituição de reservas											
Constituição de Reserva para incentivos fiscais											
Saldos em 30 junho de 2024	110.198	28.324	79.199	2.701	–	82.938	(82.938)	1.617	235.030		
						122.202	(109.211)	–			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 30 de junho de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)											
1. Contexto operacional – A CCAB Agro S.A. ("Companhia"), constituída em 30 de maio de 2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6º andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agropecuário. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura ("INVIVO Agro"); Varejo ("INVIVO Retail"); e Vinho ("INVIVO Wine"). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrosciences e CCAB Participações Ltda.											
Estoques: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e pelos custos gerais incorridos para trazê-los as suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cuja previsão de venda estimada é abaixo do custo de produção, e para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos. e) Impobilizado : O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>), quando aplicável. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e se os valores puderem ser mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. f) Reservas : As reservas são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado do outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.											
g) Moeda funcional e moeda de apresentação – Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.											
h) Uso de estimativas e julgamentos – As demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 29 de julho de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado do outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.											
i) Uso de estimativas e julgamentos – As estimativas financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inherentemente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa, periodicamente e tempestivamente, estas estimativas e suas premissas pelo menos anualmente. Caso haja modificações ad vindas das revisões das estimativas estas são reconhecidas prospectivamente. j) Incertezas sobre premissas e estimativas : As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de junho de 2023 e exercícios futuros estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 8 – Contas a receber – Provisão para perdas estimadas. • Nota Explicativa nº 9 – Estoques – Provisão para perdas estimadas. • Nota Explicativa nº 10 – Impostos diferidos – Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota Explicativa nº 11 – Intangível – Recuperação de custos de desenvolvimento e taxas de amortização. • Nota Explicativa nº 12 – Instrumentos financeiros – Valorização e mensuração. • Nota Explicativa nº 13 – Direito de uso – estimativa taxacional de juros. • Nota Explicativa nº 23 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.											
k) Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo pelo meio do resultado são mensurados pelo custo amortizado;											

... continuação

é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz da variação cambial dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. As operações de swap não são designadas para hedge accounting, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: • Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo do ativo ou passivo reconhecido ou compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou • Hedge de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. O índice de hedge é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de hedge e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de Hedge da Companhia. Hedge de valor justo: A cobertura de valor justo atende aos critérios de qualificação definidos pelo CPC 48. A relação de proteção é contabilizada da seguinte forma: (a) O ganho ou a perda no instrumento de hedge é reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes), se o instrumento de hedge protege instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes; (b) O ganho ou a perda protegida no item protegido é ajustado ao valor contábil do item protegido (se aplicável) e é reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido é reconhecido no resultado. Contudo, se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores permanecem em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, é reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado. Quando o item protegido no hedge de valor justo é um compromisso firme (ou componente dele) para adquirir o ativo ou assumir o passivo, o valor contábil inicial do ativo ou passivo que resulte do atendimento pela entidade do compromisso firme é ajustado para incluir a alteração acumulada no valor justo do item protegido que foi reconhecido no balanço patrimonial. Os ajustes incidentes do item (b) é amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter inicio assim que houver o ajuste e iniciar-se quando o item protegido deixa de ser ajustado para ganhos e perdas de hedge. A amortização é baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começa essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido, os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afeta o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinguido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. I) Capital Social: As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos conforme definido em Estatuto Social, quando exigíveis, são reconhecidos como passivo. m) Redução ao valor recuperável – Impairment: Ativos não financeiros: A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes concededoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. n) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. o) Demais ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. p) Provisão para demandas judiciais: As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a

CCAB Agro S.A.

obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado do desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais, internas e externas, da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 24, q) Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base nas taxas de desconto que refletem as melhores avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos do ativo ou do passivo. A Administração efetuou análise dos valores do ativo e do passivo, vis-à-vis os prazos das operações e suas condições contratuais, identificando saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente de ativos e passivos seja aplicável e relevante em relação às demonstrações financeiras em 30 de junho de 2024 e 2023, sendo ajustadas as rubricas "Contas a receber de clientes", conforme Nota Explicativa nº 8, "Estoques", conforme Nota Explicativa nº 9, "Outros ativos", conforme Nota Explicativa nº 13, "Contas a pagar – fornecedores", conforme Nota Explicativa nº 20, r) CPC 06 (R2) – Arrendamentos: A CCAB avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Onde seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A CCAB reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos inciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Escritório Comercial: 10 anos • Veículos automotores: 3 anos: Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescissão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se accordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciamento) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses accordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

7. Caixa e equivalentes de caixa 30/06/2024 30/06/2023

	30/06/2024	30/06/2023
Caixa e bancos	41.292	18.273
Aplicações financeiras	—	11.822
	41.292	30.095
As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados a taxa de 8% em 2023 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).		

8. Contas a receber de clientes 30/06/2024 30/06/2023

	30/06/2024	30/06/2023
Mercado interno	651.140	222.734
(a) Ajuste a valor presente (a)	(36.247)	(6.149)
(b) Provisão para perdas estimadas	(15.513)	(24.122)
	599.380	192.463
Circulante	549.132	184.280
Não circulante	50.248	8.183
(a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2024 a taxa de desconto de 13,48% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (5,64% em 30 de junho de 2023). (b) No período anterior ocorreram reversões de provisões por conta de faturamentos de produtos anteriormente provisionados. A empresa fez campanha promocional que resultou na venda desses produtos. (c) De acordo com o movimento do período anterior, nesta safra a companhia continuou realizando campanha promocional de venda de produto que estavam na base de provisão. (d) Durante o período, a Companhia reconheceu uma provisão para perdas por obsolescência de estoques no montante de R\$ 48 milhões, com o objetivo de ajustar o valor contábil do estoque ao seu valor realizável líquido, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques.		

9. Estoques 30/06/2024 30/06/2023

	30/06/2024	30/06/2023
Produtos acabados	140.753	349.334
Estoques em poder de terceiros	29.698	218
Estoques em trânsito	22.192	3.299
(a) Ajuste a valor presente (a)	(4.710)	(4.254)
(b) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido	(50.170)	(3.649)
	137.767	344.948
A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada:		

10. Impostos a recuperar 30/06/2024 30/06/2023

	30/06/2024	30/06/2023
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	5.726	5.794
Imposto de renda retido na fonte	4.262	3.628
IRRF	12.262	5.498
Imposto de renda pessoa jurídica	17.160	8.158
Contriuição social sobre o lucro líquido – CSLL (a)	1.912	938
Programa de integração social – PIS	7.610	3.268
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS	1.834	1.427
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	—	249
Outros créditos tributários	50.765	28.960

(a) Os créditos de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores referente a subvenção de ICMS advinda do convênio 100/17, foram devidamente recebidos dentro do período de junho/24, sendo contabilizado o valor em caixa de R\$25 milhões, assim como contabilizamos o valor integral dos créditos em um montante de R\$13 milhões a serem recebidos conforme homologação da RFB. Essa segregação dos saldos contabilizados, podemos observar a menção na nota explicativa 15, onde é demonstrado o efeito no resultado.

11. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes. Em 30 de junho de 2024 e 2023 não houve a necessidade de constituição de "impairment" (provisão para perdas esperadas de créditos) envolvendo operações com partes relacionadas. Nota de crédito despesas administrativas

Ativo circulante 30/06/2024 30/06/2023

	30/06/2024	30/06/2023

<tbl_r cells="3" ix="

...continuação

CCAB Agro S.A.

		30/06/2024				30/06/2023				a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação a manutenção de planos de financiamento de dívida. c) Atingir passivos futuros: O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações na data de 30 de junho de 2024.																																																	
		Valor justo por meio do resultado abrangentes	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado abrangentes	Custo amortizado	Total	30/06/2024	30/06/2023																																																		
		Nível resultado			Nível resultado																																																						
Ativos																																																											
Caixa e equivalentes de caixa	1	41.292	—	41.292	30.095	—	30.095	160.842	119.988																																																		
Contas a receber de clientes	—	—	599.380	599.380	—	192.463	192.463	160.842	119.988																																																		
Partes relacionadas	—	—	1.010	1.010	—	255	255	—	—																																																		
Instrumentos financeiros derivativos	2	—	58.788	—	58.788	—	7.993	7.993	517.208	126.266																																																	
Outros ativos circulantes	—	—	32.569	32.569	—	8.399	8.399	517.208	126.266																																																		
Outros ativos não circulantes	—	—	2.296	2.296	—	5.920	5.920	678.050	246.254																																																		
	41.292	58.788	635.255	735.335	30.095	7.993	207.037	245.125																																																			
					30/06/2024			30/06/2023																																																			
Passivos																																																											
Fornecedores	—	—	517.208	517.208	—	126.266	126.266	—	—																																																		
Empreéstimos e financiamentos	—	—	160.842	160.842	—	119.988	119.988	—	—																																																		
Instrumentos financeiros derivativos	2	—	4.556	—	4.556	—	27.384	27.384	—	—																																																	
Outros passivos circulantes	—	—	17.478	17.478	—	33.095	33.095	—	—																																																		
Outros passivos não circulantes	—	—	—	—	—	969	969	—	—																																																		
Outras contas a pagar com partes relacionadas	—	—	142.863	142.863	—	182.443	182.443	—	—																																																		
	—	4.556	838.391	842.947	—	27.384	462.761	490.145	—																																																		
					30/06/2024			30/06/2023																																																			
<i>Valor justo versus valor contábil:</i> Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorrerão transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.																																																											
<i>Estrutura do gerenciamento de risco:</i> A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço dos defensivos agrícolas, da taxa de câmbio de taxa de juros). i) Risco de crédito: Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral são garantidas por Cédula de Propriedade Rural (CPR) ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes selecionada e devido à baixa concentração de suas operações. As operações de venda a prazo com exposição acima de USD75 mil têm CPRs como garantia, bem como a Companhia tem por prática de credítar concentração máxima por cliente de até 5% do seu portfólio total de recebíveis. A Companhia possui ainda um importante mitigante de risco que está baseado em regra de governança do Acordo de Acionistas da sua holding, onde cada grupo acionista responde cumulativamente com seus dividendos futuros e ações pelas obrigações de seus produtores. ii) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios mantém flexibilidade na captação recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve																																																											
<i>iii) Risco de mercado:</i> O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. d) Risco de preço dos defensivos agrícolas: Esse risco é proveniente da volatilidade dos preços dos defensivos agrícolas negociados pela Companhia. No caso de ocorrer uma variação relevante nos preços dos defensivos agrícolas, a Companhia é capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, sem impactar a margem de lucro visto que a programação de suas compras é efetuada de forma coordenada com os seus pedidos de venda colocados. e) Risco de taxa de câmbio: O resultado da Companhia está suscetível a sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte americano, decorrentes da captação de recursos no mercado e da venda de produtos atrelados à variação da taxa de câmbio da moeda estrangeira. Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado a política de evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, configurando assim operações com hedge natural quando isso não é possível as exposições cambiais oriundas do descasamento entre ativos e passivos indexados a moeda estrangeira devem ser neutralizadas através da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos elegíveis para fins de hedge política estabelecida pela Administração da Companhia. f) Análise de sensibilidade: Com a finalidade de medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros a CCAB realiza quatro cenários de moeda estrangeira em relação a taxa de câmbio vigente em 30 de junho de 2024 e 2023, conforme demonstrado abaixo:																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Saldo contábil</th> <th>Depreciação taxa</th> <th>Apreciação taxa</th> <th>Saldo contábil</th> <th>Depreciação taxa</th> <th>Apreciação taxa</th> </tr> <tr> <th>30/06/2024</th> <th>Cenário I</th> <th>Cenário I</th> <th>30/06/2023</th> <th>Cenário I</th> <th>Cenário I</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5.5589</td> <td>(-50%)</td> <td>(-25%)</td> <td>5.5589</td> <td>(-50%)</td> <td>(-25%)</td> </tr> <tr> <td>2.7955</td> <td>4.1692</td> <td>8.3384</td> <td>6.9496</td> <td>4.8192</td> <td>3.6144</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>										Saldo contábil	Depreciação taxa	Apreciação taxa	Saldo contábil	Depreciação taxa	Apreciação taxa	30/06/2024	Cenário I	Cenário I	30/06/2023	Cenário I	Cenário I	5.5589	(-50%)	(-25%)	5.5589	(-50%)	(-25%)	2.7955	4.1692	8.3384	6.9496	4.8192	3.6144																										
Saldo contábil	Depreciação taxa	Apreciação taxa	Saldo contábil	Depreciação taxa	Apreciação taxa																																																						
30/06/2024	Cenário I	Cenário I	30/06/2023	Cenário I	Cenário I																																																						
5.5589	(-50%)	(-25%)	5.5589	(-50%)	(-25%)																																																						
2.7955	4.1692	8.3384	6.9496	4.8192	3.6144																																																						
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Contas a receber de clientes</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Total</th> <th>Passivos</th> <th>Empreéstimos</th> <th>Fornecedores</th> <th>Comissões sobre vendas a pagar</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Outras contas a pagar com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>599.380</th> <th>299.690</th> <th>449.535</th> <th>899.070</th> <th>749.225</th> <th>222.734</th> <th>111.367</th> <th>167.051</th> <th>334.101</th> <th>278.418</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>58.788</td> <td>29.394</td> <td>44.091</td> <td>88.182</td> <td>73.485</td> <td>8.404</td> <td>70.956</td> <td>39.566</td> <td>(54.247)</td> <td>(22.946)</td> </tr> <tr> <td>658.168</td> <td>329.084</td> <td>493.626</td> <td>987.252</td> <td>822.710</td> <td>231.138</td> <td>182.323</td> <td>206.617</td> <td>279.854</td> <td>255.472</td> </tr> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>										Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas	599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418	58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)	658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472										
Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas																																																		
599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418																																																		
58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)																																																		
658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Contas a receber de clientes</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Total</th> <th>Passivos</th> <th>Empreéstimos</th> <th>Fornecedores</th> <th>Comissões sobre vendas a pagar</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Outras contas a pagar com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>599.380</th> <th>299.690</th> <th>449.535</th> <th>899.070</th> <th>749.225</th> <th>222.734</th> <th>111.367</th> <th>167.051</th> <th>334.101</th> <th>278.418</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>58.788</td> <td>29.394</td> <td>44.091</td> <td>88.182</td> <td>73.485</td> <td>8.404</td> <td>70.956</td> <td>39.566</td> <td>(54.247)</td> <td>(22.946)</td> </tr> <tr> <td>658.168</td> <td>329.084</td> <td>493.626</td> <td>987.252</td> <td>822.710</td> <td>231.138</td> <td>182.323</td> <td>206.617</td> <td>279.854</td> <td>255.472</td> </tr> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>										Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas	599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418	58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)	658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472										
Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas																																																		
599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418																																																		
58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)																																																		
658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Contas a receber de clientes</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Total</th> <th>Passivos</th> <th>Empreéstimos</th> <th>Fornecedores</th> <th>Comissões sobre vendas a pagar</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Outras contas a pagar com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>599.380</th> <th>299.690</th> <th>449.535</th> <th>899.070</th> <th>749.225</th> <th>222.734</th> <th>111.367</th> <th>167.051</th> <th>334.101</th> <th>278.418</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>58.788</td> <td>29.394</td> <td>44.091</td> <td>88.182</td> <td>73.485</td> <td>8.404</td> <td>70.956</td> <td>39.566</td> <td>(54.247)</td> <td>(22.946)</td> </tr> <tr> <td>658.168</td> <td>329.084</td> <td>493.626</td> <td>987.252</td> <td>822.710</td> <td>231.138</td> <td>182.323</td> <td>206.617</td> <td>279.854</td> <td>255.472</td> </tr> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>										Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas	599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418	58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)	658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472										
Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas																																																		
599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418																																																		
58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)																																																		
658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Contas a receber de clientes</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Total</th> <th>Passivos</th> <th>Empreéstimos</th> <th>Fornecedores</th> <th>Comissões sobre vendas a pagar</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Outras contas a pagar com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>599.380</th> <th>299.690</th> <th>449.535</th> <th>899.070</th> <th>749.225</th> <th>222.734</th> <th>111.367</th> <th>167.051</th> <th>334.101</th> <th>278.418</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>58.788</td> <td>29.394</td> <td>44.091</td> <td>88.182</td> <td>73.485</td> <td>8.404</td> <td>70.956</td> <td>39.566</td> <td>(54.247)</td> <td>(22.946)</td> </tr> <tr> <td>658.168</td> <td>329.084</td> <td>493.626</td> <td>987.252</td> <td>822.710</td> <td>231.138</td> <td>182.323</td> <td>206.617</td> <td>279.854</td> <td>255.472</td> </tr> <tr> <td></td> </tr> </tbody> </table>										Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas	599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418	58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)	658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472										
Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas																																																		
599.380	299.690	449.535	899.070	749.225	222.734	111.367	167.051	334.101	278.418																																																		
58.788	29.394	44.091	88.182	73.485	8.404	70.956	39.566	(54.247)	(22.946)																																																		
658.168	329.084	493.626	987.252	822.710	231.138	182.323	206.617	279.854	255.472																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos</th> <th>Contas a receber de clientes</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Total</th> <th>Passivos</th> <th>Empreéstimos</th> <th>Fornecedores</th> <th>Comissões sobre vendas a pagar</th> <th>Instrumentos financeiros derivativos</th> <th>Outras contas a pagar com partes relacionadas</th> </tr> <tr> <th>599.380</th> <th>299.690</th> <th>449.535</th> <th>899.070</th> <th</tr></thead></table>	Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas	599.380	299.690	449.535	899.070																																													
Ativos	Contas a receber de clientes	Instrumentos financeiros derivativos	Total	Passivos	Empreéstimos	Fornecedores	Comissões sobre vendas a pagar	Instrumentos financeiros derivativos	Outras contas a pagar com partes relacionadas																																																		
599.380	299.690	449.535	899.070																																																								

... *continuação*

Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Venda de NDI	19/06/2023	12/06/2023
b) Teste de efetividade aos itens de balanço: O teste de efetividade é baseado no ano futuro e permite verificar: os instrumentos de Hedge contratados, protegem a receita de vendas prevista e a receita de vendas orçada é consistente com o giro realizado nos anos anteriores.					
13. Outros ativos					
Adiantamentos a fornecedores	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>			
	<u>22.011</u>	<u>2.347</u>			

.569 8.3
.296 5.9

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024

... continua>

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



... continuação

	CCAB Agro S.A.			30/06/2024		30/06/2023			30/06/2024		30/06/2023			30/06/2024		30/06/2023		
sua totalidade a efeitos cambiais líquidos de impostos protegidos de acordo com esta política.																		
27. Receita operacional – Os valores das receitas de vendas de produtos e serviços encontram-se demonstrados por seus valores de faturamento originais deduzidos dos respectivos cálculos de ajuste a valor presente determinados pelo CPC 12 – Ajuste a valor presente, impostos e devoluções, conforme abaixo demonstrado:	30/06/2024	30/06/2023		(7.047)	(14.937)				–	3.572					12.300	(9.206)		
Receita bruta de venda de produtos	1.162.564	798.434		(20.506)	(24.287)				Perda estimada para redução ao valor realizable (b)	(46.884)					(6.402)	(425)		
Receita bruta de prestação de serviços	–	2.980							Outras despesas	(381)	(16.362)				(66.240)	(89.284)		
Ajuste a valor presente	(83.139)	(30.953)							(47.435)	(13.174)					3.986	5.188		
Impostos incidentes sobre as vendas	(16.071)	(16.547)							Juros ativos									
Devoluções de venda de produtos	(24.609)	(19.506)							Descontos obtidos									
Descartos e abatimentos incondicionais	(3.213)	(406)							Ajuste a valor presente – Fornecedores									
	1.035.532	734.002							Outras despesas									
Os pedidos de venda, em sua maioria, são emitidos em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. A receita de vendas de produtos realizadas pela Companhia são, portanto, atualizadas pelas possíveis variações cambiais. O preço de compra dos produtos vendidos, são negociados em dólares e faturados em reais pela P-TAX D-1. As variações cambiais incorridas entre o momento da compra e o momento da venda dos produtos, impactam o Lucro Bruto contábil da Companhia. A política de Hedge vigente tem a finalidade de neutralizar esse impacto em resultados financeiros.																		
28. Despesas por natureza	30/06/2024	30/06/2023																
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	(972.912)	(569.631)																
Despesas com vendas	(45.891)	(45.888)																
Despesas administrativas e gerais	(49.003)	(44.416)																
Custo com mercadoria vendida	(1.067.806)	(659.935)																
	(972.912)	(569.631)																
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras																		
Aos Administradores e Quotistas da CCAB Agro Ltda. – São Paulo-SP	Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da CCAB Agro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva: Conforme descrito na nota explicativa 16, em 24 de dezembro de 2021 foi publicada a Solução de Consulta nº 1.009 – SRF01/DISI, por meio da qual a Receita Federal estabeleceu o entendimento de que poderá ocorrer a exclusão dos valores da subvenção do ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL desde que tenham sido concedidos como estímulos à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Amparada na referida Solução de Consulta, a Companhia apurou o montante de R\$67.463 mil, pagos a maior no período de 2018 a 2019. Entretanto, até 30 de junho de 2023, a Companhia havia registrado apenas os créditos referentes aos anos de 2016 a 2018, no montante de R\$44.730 mil, sendo R\$ 39.264 mil de principal e R\$5.466 mil de juros, alegando que contabilização da parcela remanescente será realizada de acordo com a autorização do crédito tributário pela Receita Federal do Brasil (RFB). Com a referida decisão do RFB e a autorização do crédito do processo em andamento de forma favorável, é provável que benefício econômico																	
	fluirá para a Companhia. O Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre lucros determina que, quando for provável que o benefício fluirá para a Companhia e pode ser mensurado de forma confiável, o seu reconhecimento é adequado. Em 2024, a Companhia decidiu registrar os créditos residuais atualizados referentes ao ano de 2019 totalmente no resultado do exercício corrente em desacordo com o período de competência. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 30 de junho de 2024 está registrado a maior em R\$33.253 mil (Em 30 de junho de 2023, o ativo não circulante e o patrimônio líquido estão registrados a menor em R\$35.857 mil e R\$33.253 mil, respectivamente; e o resultado do exercício findo nessa data está registrada a menor em R\$2.364 mil, líquido dos efeitos tributários). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com as normas e as diretrizes da auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante da fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																	
	São Paulo, 29 de julho de 2024.																	
	Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Contador Mauricio Mitio Yuhara CRC-2SP 034.519/O-6 CRC-1SP 260.523/O-3																	

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Caldeirão Grande 2 Solar S.A.

CNPJ/MF nº 48.949.370/0001-04 - NIRE 35.300.606.523

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de agosto de 2024

1. Data, Local e Horário: Aos 15/08/2024, às 10:00 horas, na sede social da **Caldeirão Grande 2 Solar S.A.**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, 12º andar, CEP 04543-000 ("Companhia" ou "Emissora"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada em razão da presença dos titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), conforme as assinaturas de todos os titulares da totalidade do capital social da Companhia se encontram no Livro de Presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Ricardo Alberto Oliveira dos Santos, Presidente; e pela Sra. Viviane de Oliveira Soares, Secretária. **4. Ordem do Dia:** no âmbito da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública sob rito de registro automático, para investidores profissionais, da Companhia, no valor total de R\$ 80.000,00 ("Emissora" e "Debêntures"), da Companhia, as quais serão objeto da oferta pública de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Lei nº 14.195, de 26/08/2021 ("Lei 14.195"), da Resolução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a ser formalizada por meio do "Instrumento Particular de Emissão da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático de Distribuição, da Caldeirão Grande 2 Solar S.A.", "Escritura de Emissão"), apreciar e deliberar sobre: (i) a aprovação da realização da Emissão e da Oferta, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (ii) a aprovação da outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária das ações das Fiadoras (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs (conforme abaixo definido); (iii) a aprovação da outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (iv) a aprovação da outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido), para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta (conforme abaixo definido); (v) a aprovação da outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Cessão Fiduciária de Conta; (vi) a aprovação do Compartilhamento das Garantias (conforme abaixo definido); (vii) a autorização à diretoria da Companhia, ou aos seus procuradores, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, as garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta; (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido), os Contratos de Garantia (conforme abaixo definido), bem como outros futuros e eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos documentos relacionados à Oferta e à Emissão, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, as garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento das Garantias, à Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e da Oferta; (c) contratar ou reembolsar o Coordenador Líder (conforme definido abaixo) pela contratação, dos prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando aos Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação (conforme definido abaixo), o Escriturador (conforme definido abaixo), o banco depositário e os assessores legais da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar (caso aplicável) os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (d) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando à publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3 S.A. – Brésil, Bolsa, Balcão B3 ("B3"), a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capital ("ANBIMA"), a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização do Compartilhamento das Garantias, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança, da Emissão e da Oferta; (viii) a aprovação para as Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como seus eventuais aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão será de R\$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (d) Séries. A Emissão será realizada em série única. (e) Garantias. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento da totalidade das obrigações pecuniárias e não pecuniárias, principais e acessórios, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos (conforme abaixo definido); (b) outorgarem a Fiança (conforme abaixo definido); e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como os contratos e aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(e)" e da Oferta; e (ix) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia, e autorização para que estes pratiquem todos os atos necessários e que estejam em consonância com as deliberações acima. **5. Deliberações:** após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) aprovar a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão; (a) Destinação de Recursos. Nos termos do artigo 2º, § 1º, da Lei 12.431, do Decreto 11.964, e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("Resolução CMN 5.034") e das Portarias, a totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio das Debêntures (conforme abaixo definidas) serão utilizados exclusivamente para pagamento futuro e/ou reembolso de capital relacionado aos investimentos nos termos do projeto a ser descrito na Escritura de Emissão ("Projeto" e "Destinação de Recursos"), (b) Número da Emissão. A Emissão constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora. (c) Valor Total da Emissão.

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/08/2024 da Caldeirão Grande 2 Solar S.A. Central do Brasil, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão). (hh) **Classificação de Risco**. Não será contratada agência de classificação de risco para atribuir rating às Debêntures. (ii) Desmembramento. Não será admitido o desmembramento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das S.A.. (ij) Demais Características. As demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura, a qual as Partes declaram conhecer e aceitar, em todos seus termos e condições: (ii) aprovar a outorga, pela Companhia, da Alienação Fiduciária das ações das Fidadoras, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (iii) aprovar outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações das SPEs; (iv) aprovar a outorga, pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Conta, para assegurar o pagamento fiel, pontual e integral das obrigações assumidas pela Emissora em virtude da Emissão, da Oferta e das Debêntures, conforme termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Conta; (v) aprovar outorga, pela Companhia, de procurações no âmbito do Contrato de Fiduciária de Conta, por prazo de validade de 1 ano, renovável por períodos iguais durante toda a vigência do Contrato de Fiduciária de Conta; (vi) aprovar o Compartilhamento das Garantias; (vii) autorizar a diretoria da Companhia, ou seus procuradores, a praticar(em) todos os atos necessários e/ou convenientes à realização, formalização, aperfeiçoamento ou conclusão do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e/ou da Oferta, especialmente, mas não se limitando, a (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e os Contratos de Garantia, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas no âmbito dos documentos relacionados a Oferta e a Emissão, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Compartilhamento das Garantias, à Emissão, às garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, à Fiança, às Debêntures e à Oferta, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Compartilhamento das Garantias, da Emissão, das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança e da Oferta; (c) contratar ou reembolsar os Coordenadores pela contratação, dos prestadores de serviços necessários para a realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando aos Coordenadores, o Agente Fiduciário, o Agente de Liquidação, o Escriturador, o banco depositário e os assessores legais da Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar (caso aplicável) os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários; e (d) praticar todos e quaisquer atos necessários para efetivar as matérias acima, incluindo, mas não se limitando a, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a realização das garantias reais outorgadas no âmbito da Emissão, da Fiança, da Emissão, do Compartilhamento das Garantias e da Oferta; (viii) a aprovação das Fidadoras: (a) outorgarem a Cessão Fiduciária de Direitos; (b) outorgarem a Fiança; e (c) celebrar todos e quaisquer instrumentos e documentos, bem como seus eventuais aditamentos, relacionados à Emissão, às Debêntures, à Oferta e outorga das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)", que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento da Emissão, das garantias indicadas nos itens "(a)" e "(b)" e da Oferta; e (ix) ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e pelos procuradores da Companhia, bem como autorizar a prática, por estes, de todos os atos necessários e relacionados a todas as deliberações acima. **6. Encerramento e Lavatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. Acionistas presentes: Ibitu Energias Renováveis S.A. (neste ato representado por Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares). Confere com o original, lavrado em livro próprio. São Paulo/SP, 15/08/2024. **Mesa:** Ricardo Alberto Oliveira dos Santos – **Presidente**; Viviane de Oliveira Soares – **Secretária**. **Acionistas:** Ibitu Energias Renováveis S.A., por Ricardo Alberto Oliveira dos Santos e Viviane de Oliveira Soares. JUCESP – Registrado sob o nº 309.142/24-6 em 22/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/08/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 – NIRE 35.300.590.589

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 29 de julho de 2024, às 08h00, na sede da **DMCard Participações** ("Companhia"), situada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, Sala 12, Bloco 2, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870. **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselheiros"), conforme lista de presença anexa à presente Ata como **Anexo I. 3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Denis César Correia** e secretariados pelo Sr. **José Luis Pano**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a celebração dos atos a seguir: (i) Aprovar a inclusão a **DM Cartões PL S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, sala 15, Bloco B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, CNPJ/MF sob o nº 52.135.675/0001-41, na qualidade da fiduciária e principal pagadora, solidariamente com a Emissora e com os demais Fiduciários, das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), passando a integrar o conceito de "Fiduciário" (conforme definido na Escritura de Emissão) e "Interventivo Garantido" (conforme definido na Escritura de Emissão), nos termos da Escritura de Emissão, bem como de Cedente (conforme definido na Escritura de Emissão) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos, da DMCard Securitizadora S.A., conforme editada pelo Primeiro Aditamento, pelo Segundo Aditamento, pelo Terceiro Aditamento e pelo Quinto Aditamento ("Escritura de Emissão"); e (ii) Aprovar a inclusão da DM Cartões PL S.A, com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, sala 15, Bloco B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, CNPJ/MF sob o nº 52.135.675/0001-41 ("DM Cartões PL"); da DM Sociedade de Crédito Direto S.A., CNPJ/MF 37.555.231/0001-71, localizada na Av Cassiano Ricardo, nº 521, andar 3 sala 7, São José dos Campos, SP, CEP 12246-870 ("DM SCD"), quando em conjunto com a DM Cartões PL, como "Novas Casas", que passam a integrar o conceito de "Cedentes", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças". ("Contrato de Cessão"), no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos, da DMCard Securitizadora S.A. (iii) a inclusão (a) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nonai) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A, e (b) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, no âmbito da 9ª (Nonai) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A. (iv) Aprovar, integralmente e sem reservas, o ingresso da **DMCard Meios de Pagamento Ltda**, sociedade limitada com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 3, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.371.651/0001-20, como Fiduciária, na 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantias Reais e Fidejussórias Adicionais, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos da FortBrasil Securitizadora S.A., por meio da qual foram emitidas 100.000.000 (cem milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Emissora. (v) autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **4. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, resolveram: 4.1. Conforme a cláusula 5.3.4, "g", do Acordo de Acionistas arquivado na sede social da Companhia, (i) aprovar a assunção de obrigações da DM Cartões PL S.A. e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumo das operações mencionadas no item 3, (ii) acima e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumo das operações mencionadas nos itens 3 (i) e (ii), 4.2, aprovar a assunção de obrigações da DM Sociedade de Crédito Direto S.A. e quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos relacionados à contratação e consumo das operações, conforme mencionado no item 3, (iii); 4.3. aprovar a inclusão (a) da DM Cartões PL S.A, na qualidade de COOBRIGADA, em relação aos direitos e obrigações da DM Instituição de Pagamento S.A. atribuídos no âmbito do Instrumento Particular de Escritura da 9ª (Nonai) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie "com Garantia Real", em Série Única, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da DM Instituição de Pagamento S.A. 4.4. Aprovar, integralmente e sem reservas, o ingresso da DMCard Meios de Pagamento Ltda, sociedade limitada com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, na Avenida Cassiano Ricardo, nº 521, 3º andar, sala 3, Torre B, Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.371.651/0001-20, como Fiduciária, na 2ª (segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia, com Garantias Reais e Fidejussórias Adicionais, em Série única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos da FortBrasil Securitizadora S.A., por meio da qual foram emitidas 100.000.000 (cem milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, de emissão da Emissora. 4.5. Autorizar à Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a efetivação das deliberações acima aprovadas, ficando desde já autorizada a celebrar o Contrato de Acessórios. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, tendo-se redigido e feito lavrar esta ata, que lida e achada conforme, foi devidamente aprovada pelos membros do Conselho de Administração. **6. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Denis César Correia; Secretário – José Luis Pano. Conselheiros: Denis César Correia, Moisés Alves de Souza e José Luis Pano – Presidente; Denis César Correia – Presidente; José Luis Pano – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 300.168/240 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 – NIRE 35.300.613.414

Ata de Reunião do Conselho de Administração

1. Data, Local e Hora: realizada aos 29 de julho de 2024, às 09 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Convocação e Presenças:** dispensadas as formalidades para convocação e decorrência da presença da totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração ("Conselheiros"). Os Conselheiros participaram da reunião e votaram por meio de videoconferência, nos termos do Artigo 13, Parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"). **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Carlos Antonio Tamaki** e secretariados pelo Sr. **Denis César Correia**. **4. Ordem do Dia:** conforme disposto no Artigo 12, Parágrafo 4º, incisos "f", "g" e "h", do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: (i) a inclusão da Companhia, que passa a integrar o conceito de "Cedente", conforme definido no "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças". ("Contrato de Cessão"), no âmbito da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritivos, da DMCard Securitizadora S.A. (ii) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **5. Deliberação:** dando inicio aos trabalhos, os Conselheiros examinaram os items constantes da ordem do dia e deliberaram o quanto segue, por unanimidade de votos: (i) Aprovar as matérias constantes da Ordem do Dia, aprovando a assunção das obrigações pela Companhia, conforme citado no item 4, acima, nos termos do respectivo Contrato de Cessão e quaisquer documentos formalizados com a finalidade de realizar a operação supracitada. (ii) Autorizar à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos, necessários ou convenientes às deliberações acima. **6. Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Presidente: Carlos Antonio Tamaki; Secretário: Denis César Correia. Conselheiros: Carlos Antonio Tamaki; Denis César Correia e Moisés Alves de Souza, São José dos Campos, 29 de julho de 2024. **Mesa:** Carlos Antonio Tamaki – Presidente; Denis César Correia – Secretário. **Conselheiros:** Carlos Antonio Tamaki; Denis César Correia; Moisés Alves de Souza. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 300.168/240 em 09/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 31.07.2024, às 11h, realizada na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia") localizada na Avenida Regente Feijó, nº 944, 15º andar, Conjunto 1505-A, Vila Regente Feijó, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03342-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2023; (ii) Reeleger os Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn; e (iv) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por Grupo Capital Consig Holding S.A. (C.N.P.J./M.F. nº 33.189.359/0001-08), as quais deverão ser integralizadas no prazo previsto no correspondente boletim de subscrição; e (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. **Acionistas Presentes:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 306.171/247, em sessão de 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Qual Holding S.A.

CNPJ/MF nº 44.891.365/0001-29 – NIRE 35.300.588.916

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 09h, realizada na sede social da **Grupo Qual Holding S.A.** (a "Companhia") localizada na Avenida Regente Feijó, nº 944, 15º andar, Conjunto 1505-A, Vila Regente Feijó, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03342-000. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por Grupo Capital Consig Holding S.A., (C.N.P.J./M.F. nº 33.189.359/0001-08), conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2023; e, (ii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. **Acionistas Presentes:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 306.440/246, em sessão de 19/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Grupo Capital Consig Holding S.A.

CNPJ/MF sob o nº 33.189.359/0001-08 – NIRE 35.300.533.887

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data, Hora e Local: Em 30.07.2024, às 10h, realizada na sede social da **Grupo Capital Consig Holding S.A.** (a "Companhia") localizada na Rua Serra de Japi, nº 1.526, 1º andar, Vila Gomes Cardim, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 03309-001. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia. **Deliberações:** Deliberaram por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Aprovar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e as notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31.12.2022; (ii) Ratificar a destinação do resultado do exercício social findo em 31.12.2022; (iii) Ratificar o mandato dos Diretores: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn e (iii) Ratificar que os Diretores não serão remunerados para o exercício do cargo, e em **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Ratificar a subscrição das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas por Capital Consig Sociedade de Crédito Direto S.A. (C.N.P.J./M.F. nº 40.083.667/0001-10), conforme emissão deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2023; e, (iii) Autorizar os Diretores a praticarem todos os atos necessários para a formalização, efetivação e administração das deliberações acima mencionadas, ficando desde já ratificados todos os atos anteriormente praticados com esse fim. **Mesa:** Sr. Roberto Arduini Gomes Teixeira – Presidente; Sr. Sven Stefan Padre Kuhn – Secretário. **Acionistas Presentes:** Grupo Qual Holding S.A., (Por: Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn). **Diretores:** Roberto Arduini Gomes Teixeira e Sven Stefan Padre Kuhn. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 306.170/243 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF sob o nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2024.
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 07 de agosto de 2024, às 15h, por meio eletrônico e presencial, na sede da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("Companhia"), nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, como Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: (i) Reeleição do Sr. Edílio Raimundo Sibrão, brasileiro, físico, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.365.826-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 120.304.428-36, com endereço comercial na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.779, 5º andar, cj 51, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-914 ao cargo de Diretor Executivo, responsável pelo Departamento de Produção e Segurança da Informação, com mandato de 02 (dois) anos. O Diretor ora reeleito, declara para todos os fins e efeitos legais que segue atendendo às condições de elegibilidade previstas nos artigos 146, "caput", e 147 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, de que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, razão pela qual, torna posse neste ato, mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento, assinado como anexo à presente ata e arquivados na sede da Companhia. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem de dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio) São Paulo, 07 de agosto de 2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Ediával Viléa de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otávio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Norberto Lanza Giangrande Júnior; Vivian Yu Wai Yiu; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifíco o registro sob o nº 307.800/246 em 21/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/